

PALAVRAS DO DIRETOR



O presente número da *Revista de Administração Pública* apresenta três artigos e três documentos. O primeiro artigo — *Classificação de Cargos e implantação do Sistema do Mérito: a Lei do Reajustamento de 1936, suas origens, conteúdo e primeiras repercussões* — de autoria de Beatriz Wahrlich, é o segundo de uma série cuja publicação foi iniciada na *Revista de Administração Pública* correspondente ao 4º trimestre de 1975. Fruto parcial de uma pesquisa mais ampla sobre a reforma administrativa no período 1930-1945, este artigo analisa o processo que deu origem à Lei nº 284, conhecida como Lei do Reajustamento — primeiro plano de classificação de cargos do Governo Federal — e caracteriza seu conteúdo específico e suas repercussões em termos de reforma administrativa destacando, em especial, três aspectos:

1º ela marcou o início da reforma administrativa voltada para a organização e o aperfeiçoamento do serviço público, enfatizando a adoção do sistema do mérito;

2º suas bases doutrinárias sofreram a influência da análise weberiana da burocracia e da experiência norte-americana de que resultou a reforma do serviço civil dos Estados Unidos;

3º ela sofreu ainda a influência direta e indireta de Maurício Nabuco, responsável pela introdução dessas idéias doutrinárias no Brasil e pela sua divulgação entre os responsáveis pela elaboração e implantação desse instrumento legal.

Uma possível análise dos valores dos executivos em algumas organizações brasileiras é resultado de uma pesquisa levada a efeito em Belo Horizonte com o objetivo de verificar as relações entre as atitudes e os tipos de valores vigentes entre executivos representantes de diferentes faixas etárias. Segundo Roy Stubbs, o autor, os valores encontrados nas organizações podem ser de dois tipos:

1. sociais — de natureza emocional, difíceis de serem mudados e resultantes do mundo informal no qual vivemos;
2. organizacionais — de natureza objetiva, fáceis de serem modificados e originados nas organizações formais nas quais trabalhamos.

O tipo de valor encontrado pelo agente de mudanças determinará a abordagem a ser adotada para modificar as atitudes que caracterizam o comportamento dos membros de cada organização.

O último artigo deste número — *O êxodo para as cidades na América Latina: as ações governamentais têm mais efeito do que geralmente se lhes atribui* — faz uma análise das razões pelas quais há uma tendência cada vez mais acentuada da população rural se deslocar para os centros urbanos em decorrência da atração exercida por uma série de fatores relacionados com conforto, facilidades educacionais, melhores oportunidades salariais, melhores condições habitacionais, etc., que estão ausentes do meio rural.

Ao analisar esses fatores, o autor procura detectar as causas do fenômeno e identificar suas conseqüências, sugerindo algumas alternativas que podem orientar as políticas governamentais no sentido de resolver ou minimizar os problemas causados pelo êxodo rural: 1º controlar o aumento populacional; 2º auxiliar as cidades menores para que se tornem pólos de atração e fixação dessa corrente migratória; 3º introduzir modificações na legislação fiscal; 4º procurar a ajuda de especialistas internacionais, mediante programas de consultoria; 5º adotar, em casos extremos, medidas de caráter autoritário; 6º formular políticas suficientemente contínuas e coerentes capazes de afetar os padrões de ocupação do solo e de urbanização.

A seção de documentos inclui trabalho apresentado por Paulo Reis Vieira, então diretor da Escola Brasileira de Administração Pública, como contribuição da EBAP ao Comitê Especial para Estudo do Currículo Mínimo de Administração da V Convenção Nacional de Administradores realizada em Salvador, Bahia, em setembro de 1975.

As exigências legais quanto ao currículo mínimo do Curso de Administração, a natureza multidisciplinar da atividade administrativa, a rapidez da evolução do conhecimento humano e a ausência de consenso têm contribuído para tornar irrealista e pouco pragmática a compreensão tanto da natureza da administração e da atividade administrativa como do próprio papel do administrador, de suas reivindicações classistas e da graduação de novos profissionais na área.

O documento — trabalho de reflexão sobre a experiência acumulada pela Escola Brasileira de Administração Pública em vinte e três anos de dedicação à formação de profissionais da área — tem como objetivo principal sugerir a autoridades e estudiosos a adoção de novos critérios e padrões mínimos para o ensino de Administração.

O segundo documento relata a experiência realizada pela Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná em seminário destinado ao acompanhamento e à avaliação crítica da implantação da Lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974, que dispõe sobre a organização do Poder Executivo

no sistema de administração pública dessa unidade da Federação. Acompanha o relatório o texto da Lei nº 6.636.

O último documento, finalmente, originou-se dos esforços desenvolvidos por diversos profissionais interessados na potencialidade da empresa pública como agente de mudança. O relatório, cuja redação final coube ao professor Harold Seidman, da Universidade de Connecticut (EUA), é precedido de comentários do professor Getúlio Carvalho, da EBAP, que participou do Grupo de Trabalho sobre Empresa Pública, constituído pela Associação de Escolas e Institutos de Administração do Instituto Internacional de Ciências Administrativas na mesa-redonda promovida pelo IICA em Dubrovnik, Cavtat, Iugoslávia, de 24 a 28 de maio de 1976.

REEMBOLSO POSTAL

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE

A fim de simplificar e tornar mais rápido o envio de pedidos de publicações da Fundação Getúlio Vargas, sugerimos o uso do reembolso postal, que beneficiará principalmente às pessoas residentes em locais afastados dos grandes centros. Assim, na ausência, em sua cidade, de representantes credenciados ou livrarias especializadas, dirija-se diretamente pelo reembolso à

EDITORA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Praia de Botafogo, 186 — Caixa Postal, 9 052, ZC-02,

Rio de Janeiro — RJ.